

A. I. Nº - 055862.0056/14-6
AUTUADO - COMERCIAL DE ESTIVAS E CEREAIS RIO DO OURO LTDA.
AUTUANTE - EREMITO GONÇALVES DE ROMA
ORIGEM - INFAZ JACOBINA
INTERNET - 03.06.2015

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0082-02/15

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. **a)** AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO. **b)** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CONDIÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE RECOLHIMENTO. Infrações não impugnadas. **2.** DOCUMENTOS FISCAIS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTAS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. **a)** MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. MULTA DE 10%. Elidida parcialmente a infração através de apresentação de provas de evolução de mercadorias. **b)** MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS. MULTA DE 1%. Fato não contestado. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 17/12/2014, para exigência de ICMS e MULTA no valor de R\$56.685,45, sob acusação do cometimento das seguintes infrações.

01 - 07.15.02 - Recolhimento a menor do ICMS – antecipação parcial, no total de R\$13.829,35, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para comercialização, no período de janeiro a dezembro de 2012.

02 - 07.15.01 - Falta de recolhimento do ICMS – antecipação parcial, no total de R\$591,04, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para comercialização, nos meses de dezembro de 2012 e maio de 2013, conforme demonstrativo à fl. 12.

03 - 07.01.01 - Falta de recolhimento do ICMS por antecipação, no valor de R\$6.959,77, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas no Anexo 88 do RICMS/97, nos meses de janeiro a março, maio, junho e dezembro de 2012, conforme demonstrativos e documentos à fl. 11.

04 - 16.01.01 - Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de janeiro, fevereiro, abril, setembro e novembro de 2012, janeiro a outubro, e dezembro de 2013, sendo aplicada a multa por descumprimento de obrigação acessória, no valor de R\$31.813,70, equivalente a 10% sobre o valor comercial das mercadorias, conforme demonstrativos às fls. 45, 82 e 83.

05 - 16.01.02 - Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de janeiro a março, junho a dezembro de 2012, janeiro, abril, maio, julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, sendo aplicada a multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$3.491,59, equivalente a 1% sobre o valor comercial das mercadorias, conforme demonstrativos às fls. 46, 47, e 84.

O sujeito passivo apresenta defesa, fls. 119 a 121, requerendo a anulação parcial da infração 04 – 16.01.01, sob alegação de que não teve conhecimento das notas fiscais até o momento da fiscalização, e que as Notas Fiscais nºs 56815, 44881, 45043 e 45044, foram objeto de devolução de vendas por parte do próprio emitente, que emitiu notas fiscais de retorno das mercadorias. Para comprovar o desfazimento da operação, o autuado apresentou os DANFE's das Notas Fiscais nºs 59796, 46453, 46451 e 46452.

Na informação fiscal à fls. 134, o autuante declara que após verificar a autenticidade dos DANFE's apresentados, e a situação cadastral da empresa emitente no estado de origem, concordou pela exclusão dos valores lançados nesta infração, com data de ocorrência no dia 30/09/2013 (R\$7.796,45) e no dia 31/10/2013 (R\$18.200,00) do demonstrativo de débito à fl. 03 do PAF.

Conclui pela procedência parcial do Auto de Infração, devendo ser alterados os valores da infração 04 – 16.01.01.

Constam às fls. 136 a 139, documentos extraídos do SIGAT – Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária, intitulados de “Detalhes de Pagamento PAF”, referente ao pagamento da parcela reconhecida, no valor de R\$30.689,00 (valor principal).

VOTO

Pelo que foi relatado, o sujeito passivo somente impugnou parcialmente a infração 04–16.01.01, o que tornam integralmente subsistentes os créditos tributários lançados nas infrações 01-07.15.02 (R\$13.829,35); 02-07.15.01 (R\$591,04); 03-07.01.01 (R\$6.959,77) e 05-16.01.02 (R\$3.491,59).

Quanto a infração 04–16.01.01, referente à falta de registro de notas fiscais no Registro de Entradas, o autuado acostou ao processo provas representadas por cópias de notas fiscais (fls. 122 a 130), comprovando que os documentos fiscais abaixo discriminados não foram registrados em virtude de ter ocorrido a devolução das mercadorias por parte do remetente, alegação essa que foi acolhida pelo autuante.

- NF-e DANFE nº 59796, valor R\$77.964,47, emissão 24/10/2013, Nota Fiscal de devolução nº 56.815 (fls. 122 e 127);
- NF-e DANFE nº 46453, valor R\$100.000,00, emissão 26/11/2013, Nota Fiscal de devolução nº 44.881 (fls. 123 e 128);
- NF-e DANFE nº 46452, valor R\$49.304,84, emissão 26/11/2013, Nota Fiscal de devolução nº 45.043 (fls. 124 e 130/1);
- NF-e DANFE nº 46451, valor R\$32.695,14, emissão 26/11/2013, Nota Fiscal de devolução nº 45.044 (fls. 125/6 e 129).

Desta forma, excluindo-se do levantamento fiscal de fls. 82 e 83 os valores lançados nesta infração, com data de ocorrência no dia 30/09/2013 (R\$7.796,45) e no dia 31/10/2013 (R\$18.200,00), resulta na diminuição do débito para o montante de R\$5.817,25.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$30.689,00, alterando-se o demonstrativo de débito da infração 04-16.01.01, conforme abaixo:

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO 04 – 16.01.01		
ITENS	VLS. INICIAIS	VLS. JULGADOS
01-07.15.02	13.829,35	13.829,35
02-07.15.01	591,04	591,04
03-07.01.01	6.959,77	6.959,77
04-16.01.01	31.813,70	5.817,25
05-16.01.02	3.491,59	3.491,59
TOTAIS	56.685,45	30.689,00

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO INFRAÇÃO 04 - 16.01.01

Data Ocor.	Data Vencto.	B. Cálculo	Aliq.(%)	Multa (%)	Vr.do Débito
31/01/2012	09/02/2012	172,94	17	60	29,40
28/02/2012	09/03/2012	406,59	17	60	69,12
30/04/2012	09/05/2012	1.938,94	17	60	329,62
30/09/2012	09/10/2012	2.098,76	17	60	356,79
30/11/2012	09/12/2012	5.558,24	17	60	944,90
31/01/2013	09/02/2013	1.156,18	17	60	196,55
28/02/2013	09/03/2013	880,12	17	60	149,62
31/03/2013	09/04/2013	668,24	17	60	113,60
30/04/2013	09/05/2013	4.482,35	17	60	762,00
31/05/2012	09/06/2013	874,29	17	60	148,63
30/06/2013	09/07/2013	2.306,12	17	60	392,04
31/07/2013	09/08/2013	9.812,00	17	60	1.668,04
31/08/2013	09/09/2013	2.844,00	17	60	483,48
30/09/2013	09/10/2013	0,00	17	60	0,00
31/10/2013	09/11/2013	0,00	17	60	0,00
31/12/2013	09/01/2014	1.020,35	17	60	173,46
		34.219,12	TOTAL		5.817,25

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **055862.0056/14-6**, lavrado contra **COMERCIAL DE ESTIVAS E CEREAIS RIO DO OURO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$21.380,16**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$9.308,84**, prevista nos incisos IX e XI, do citado dispositivo legal, com incidência dos acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05, devendo ser homologados os valores recolhidos, conforme documentos às fls. 137 a 139.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de maio de 2015.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR – JULGADOR